

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2025 - Em milhares de reais (exceto valor unitário por ação)

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do semestre findo em 30 de junho de 2025, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho: No semestre, a CCVM apresentou um lucro líquido de R\$ 229.588, correspondente a R\$ 30,40 por ação. Em 30 de junho de 2025 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 300,79.
Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan,

sendo composto na data deste relatório por cinco membros.

São Paulo, 24 de setembro de 2025
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)			
	Nota	Junho-2025	
Ativo			
Circulante		4.274.696	
Disponibilidades	4	1.957	
Ativos financeiros		4.271.306	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		27.052	
Títulos e valores mobiliários	5.2	27.052	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		4.244.254	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	3.677.052	
Negociação e intermediação de valores	5.3	566.870	
Outros ativos financeiros	5.4	332	
Ativos fiscais correntes		298	
Outros ativos		1.135	
Não circulante		14.126	
Ativos fiscais diferidos		9.168	
Outros ativos financeiros		5.4	
Imobilizado		3.040	
Imóveis e outras imobilizações de uso	7	7.976	
(-) Depreciações acumuladas		(4.936)	
Total do ativo		4.288.822	
Passivo			
Circulante		2.016.782	
Passivos financeiros		1.858.379	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		1.858.379	
Negociação e intermediação de valores	5.3	1.858.379	
Obrigações fiscais correntes		128.582	
Outros passivos		29.821	
Não circulante		666	
Obrigações fiscais diferidas	6b	191	
Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	8	475	
Patrimônio líquido		2.271.374	
Capital social		1.161.925	
Reservas de capital		2.494	
Reservas de lucros		888.846	
Lucros acumulados		218.109	
Total do passivo e patrimônio líquido		4.288.822	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		Junho-2025	Janeiro-Junho/2025
Receitas da intermediação financeira		172.647	172.647
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		172.647	
Resultado de variação cambial líquida de instrumentos financeiros		3.253	3.253
Resultado bruto da intermediação financeira		175.900	175.900
Outras receitas (despesas) operacionais		206.720	206.720
Receitas de prestação de serviços	9	291.056	(26.990)
Despesas de pessoal		(26.990)	(20.503)
Outras despesas administrativas	13a	(20.503)	(36.824)
Despesas tributárias		(36.824)	(27)
Outras despesas com provisões		(27)	8
Outros resultados operacionais		8	
Resultado operacional		382.620	382.620
Resultado antes da tributação sobre o lucro		382.620	382.620
Imposto de renda e contribuição social		6c (153.032)	(153.032)
Provisão para imposto de renda		(92.957)	(55.784)
Provisão para contribuição social		(55.784)	(4.291)
Ativo/(passivo) fiscal diferido		(4.291)	
Lucro líquido do período		229.588	229.588
Número de ações	10	7.551.365	
Lucro líquido por ação no final do período - R\$		30,40	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)			
		Junho-2025	Janeiro-Junho/2025
Lucro líquido do período		229.588	229.588
Outros resultados abrangentes no período que podem ser reclassificados para o resultado		-	-
Outros resultados abrangentes no período que não podem ser reclassificados para o resultado		-	-
Total do resultado abrangente no período		229.588	229.588

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)			
		Junho-2025	Janeiro-Junho/2025
Atividades operacionais		234.031	234.031
Lucro líquido ajustado		229.588	229.588
Lucro líquido do período		229.588	
Ajuste ao lucro líquido:		4.443	
Atualização de depósitos judiciais		(13)	
Provisões para contingências	8	27	
Ativo/passivo fiscal diferido	6b	4.291	
Depreciações		138	
Variação de ativos e obrigações		(2.320.094)	(2.320.094)
Aumento em instrumentos financeiros (ativos/passivos)		(1.054.436)	
Redução em negociação e intermediação de valores (ativos/passivos)		(1.281.162)	
Aumento em outros ativos		(467)	
Aumento em outros passivos		40.610	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.639)	
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(2.086.063)	(2.086.063)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		4.148.175	4.148.175
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		4.148.175	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	2.062.112	
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(2.086.063)	(2.086.063)

No período foi constituído ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 3.320, tendo sido realizado R\$ 7.604. Foi constituído passivo fiscal diferido em 2025 no valor de R\$ 7. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 9.168 é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
27%	17%	34%	17%	0%	1%	1%	1%	1%	1%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 6.576. A Corretora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2025.

c. Resultado de imposto de renda e contribuição social - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Junho de 2025
Resultado antes do IRPJ e CSLL	382.620
Encargo de IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(153.048)
Despesas indedutíveis líquidas e receitas não tributáveis	(2)
Outros	18
Resultado das adições e exclusões no cálculo dos tributos	16
Total da despesa de IRPJ e CSLL no período	(153.032)

7. Imobilizado: Estão representados por edificações no valor de R\$ 2.904, terrenos no valor de R\$ 2.720 e outros imobilizados de uso no valor de R\$ 2.352.

8. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais e as variações no período estão assim apresentadas:

	Provisões Junho de 2025
I. Composição dos saldos patrimoniais	475
Trabalhistas	475
Total	475

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Trabalhistas Junho de 2025
Saldo inicial	448
Despesas financeiras - juros	27
Saldo final	475

III. Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e passivos contingentes - A Instituição é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que totalizam R\$ 66.928. Os advogados responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível.

IV. Ações trabalhistas - Referem-se a ações contra a Instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. Em 30 de junho de 2025, não havia contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos.

9. Receitas de prestação de serviços
Referem-se a rendas de corretagem sobre operações realizadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no valor de R\$ 291.056.

10. Patrimônio líquido
O capital social está dividido em 7.551.365 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos.

A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do período, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2024 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 7.500 e a utilização do valor líquido de R\$ 6.375 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2025.

11. Benefícios
(a) Fundo de pensão
A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. A Instituição registrou despesa de R\$ 481 relacionada a contribuições para o Fundo.

(b) Unidades de ações restritas
Os funcionários elegíveis da Instituição participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	Nota	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva Legal	Estatutária	Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2024		1.155.550	6.375	2.494	111.057	766.310	-
Aumento de capital	10	6.375	(6.375)	-	-	-	229.588
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	229.588
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	10	-	-	-	11.479	-	(11.479)
Em 30 de junho de 2025		1.161.925	-	2.494	122.536	766.310	218.109

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A.J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. foram aprovadas por sua Diretoria em 24 de setembro de 2025.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

(a) Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 2 do BACEN estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, sendo observados também os critérios dispostos na Resolução BCB nº 352. Conforme Art. 102 da Resolução BCB nº 352, fica dispensada a apresentação comparativa de períodos anteriores nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

(b) Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 - A Resolução BCB nº 352 estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa; a constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; a designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedg*e); e a evidencição de informações de instrumentos financeiros. A implementação das mudanças introduzidas por tal resolução não gerou alteração no valor patrimonial da Corretora.

3. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez e prazo original de vencimento em até 3 meses.

b) Reconhecimento, classificação, mensuração e baixa de instrumentos financeiros No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) são designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter esses instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do instrumento financeiro geram fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) são designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter esses instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais e pela venda desses instrumentos financeiros; e (b) os termos contratuais do instrumento financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Essa categoria inclui os ativos financeiros que não sejam designados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado, com exceção dos passivos financeiros derivativos e passivos financeiros gerados em empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, que são classificados na categoria valor justo no resultado, e dos compromissos de crédito, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas, que são reconhecidos e mensurados conforme regulamentação específica. **Modelo de negócios:** Representa a forma como é efetuada a gestão dos instrumentos financeiros para geração dos fluxos de caixa. Os instrumentos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e fluxos de caixa pela venda dos instrumentos; ou iii) outros. É necessária a aplicação do Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros") para os ativos financeiros classificados nos modelos de negócios i) e ii). **Teste de SPPJ:** É a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os fluxos se constituem apenas em pagamento de principal e juros, sendo considerados os elementos mais significativos como: o valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, margem de lucro, e custos da operação. **Taxa de juros efetiva:** É a taxa que equaliza os pagamentos e recebimentos de caixa estimados durante o prazo contratual do instrumento financeiro, incluindo-se os custos de transação e valores a receber que sejam individualmente atribuíveis às operações. **Reclassificação de categorias dos instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros só devem ser reclassificados, de forma prospectiva, e subsequentemente ao seu reconhecimento inicial nos casos em que houver alteração no modelo de negócios das linhas de negócios. **Baixa de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando todos os riscos e benefícios são transferidos substancialmente de propriedade do ativo, e a transferência se qualifica para baixa. Quando não for possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida. O passivo financeiro é baixado quando a obrigação especificada no contrato for paga, cancelada ou vencida.

c) Mensuração das perdas de crédito esperadas - A Instituição utiliza um modelo de três estágios para mensuração da perda de crédito esperada com base em alterações na qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial: • **Estágio 1:** instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Instrumentos classificados no Estágio 1 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência de até 12 meses após a data do relatório. • **Estágio 2:** instrumentos financeiros que apresentaram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, apresentem atraso superior a 30 dias no pagamento, ou atraso superior a 60 dias em casos específicos se comprovado que não houve aumento significativo no risco de crédito. Instrumentos classificados no Estágio 2 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência relativa ao prazo esperado do instrumento. • **Estágio 3:** instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos. Instrumentos classificados no Estágio 3 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência relativa ao prazo esperado do instrumento. Neste estágio, o reconhecimento de receitas é cessado, e o resultado é reconhecido apenas no recebimento efetivo do caixa.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo são classificados em três níveis em uma hierarquia de valor justo baseado na observabilidade nos dados utilizados no processo de mensuração. • **Nível 1:** Utilizam-se dados observáveis que refletem os preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos, no qual possam ser obtidas informações confiáveis de valor justo sem a utilização de modelos ou ajustes internos. • **Nível 2:** São classificados no nível 2, instrumentos financeiros cujos dados utilizados na mensuração incluem: • preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; • preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; • informações que não possuem preços cotados para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); • informações que são derivadas principalmente por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios. • **Nível 3:** Consideram-se dados não são observáveis e significativos para a mensuração a valor justo do instrumento. A mensuração a valor justo de instrumentos nível 3 é baseada em modelos que incorporam um ou mais inputs significativos, dentre os quais, são pouco ou nada observáveis. Instrumentos para os quais sejam considerados dados não observáveis devem ser classificados como nível 3. **Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores

mobiliários, assim como os demais instrumentos financeiros, são apresentados no balanço patrimonial com base no modelo de negócios em que o ativo é gerido e de acordo com as características contratuais dos fluxos de caixa. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Podem ser realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apereamento previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apereamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

(e) Imobilizado - Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535 do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais - Os passivos contingentes e obrigações legais decorrem de processos judiciais, legais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, podendo ser ações de natureza tributária, trabalhistas, cíveis e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda sejam classificados como possíveis, são divulgados em nota explicativa, porém conforme norma vigente não é requerido provisionamento. Os processos classificados como remoto, não requerem provisão e nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2025: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários.

(h) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado.

(i) Dividendos e juros sobre capital próprio - Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.872, os juros sobre capital próprio e os dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Junho de 2025	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2025	9.663	1.474
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>)....	2.527	662
Ações entregues no período (<i>vested</i>)	(4.182)	(615)
Ações em circulação em 30/06/2025	8.008	1.521

O valor da obrigação de pagamento registrada no passivo em, 30 de junho de 2025, incluindo encargos sociais, é de R\$ 12.850. Em virtude desse programa a despesa registrada é de R\$ 6.583, incluindo os encargos sociais.

12. Transações com partes relacionadas

(Grupo J.P. Morgan) - As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Corretora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	Junho de 2025	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	1.957	-
Banco J.P. Morgan S.A.	1.957	-
Aplicações em operações compromissadas	2.060.155	101.256
Banco J.P. Morgan S.A.	2.060.155	101.256
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.616.897	68.916
Banco J.P. Morgan S.A.	1.616.897	68.916
Negociações e intermediações de valores	(1.249.740)	-
Banco J.P. Morgan S.A.	45.397	-
JP Morgan Securities PLC	(1.295.137)	-
Outros valores a receber / (pagar)	400	252
Banco J.P. Morgan S.A.	400	252
Despesas pessoais	(10.603)	-
JPMorgan Chase & CO.	(10.603)	-
Despesas administrativas	(2.471)	(7.106)
Banco J.P. Morgan S.A.	(2.471)	(7.106)

A Corretora verificou que para os períodos apresentados não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados.

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

13. Outras informações

(a) "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 6.346, despesas com serviços de terceiros no valor de R\$ 5.569 e despesas com comunicações no valor de R\$ 2.975.

(b) Durante o período findo em 30 de junho de 2025, a Corretora não registrou resultados não recorrentes conforme definido pela Resolução nº 2 do BACEN.

A definição dos saldos de resultados não recorrentes segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

(c) Em 30 de junho de 2025, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Decio Ramos Porchat de Assis

Eliza Harumi Ogawa

Fabio Jorge Resegue

Flávia Rocha Lima de Almeida Prado

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profilli

Marcelo Luis Alvarez Gaiani

Mariana Plass Rizzo

Pedro Carlos Ramos Ribeiro Junior

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de contábeis de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de setembro de 2025



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3